

TEMAS E PRÁTICAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ODS 1: Erradicação da Pobreza

Gianluca Crescenzi de Freitas	NUSP: 10823341	Poli	
Guilherme Naoki Takabatake	NUSP: 10731085	Ciências Contábeis	
Laura Lopes Guercio	NUSP: 10777110	FD	
Leticia Naomi Kanashiro Gonçalves	NUSP: 11264937	FD	
Matheus Sola Sanchez	NUSP: 11204050	IRI	
Vitor Henrique Ferraz Lima	NUSP: 10772498	Poli	
Eric Abraham Teixeira	NUSP: 11260165	Poli	
Daniel Zaborowsky Graicer	NUSP: 11259062	Poli	
João Victor Cardoso Saraiva	NUSP: 10769386	Poli	
Jessika Peixoto	NUSP: 10438758		FFLCH

- O que pode, e deve, ser feito para desenvolver essa meta no Brasil e no horizonte 2030?

- O que, individualmente e/ou em grupo, você pode fazer para contribuir com a implementação dessa meta?

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.b criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 é um documento adotado em 2015 pelos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) com medidas visando à promoção do desenvolvimento sustentável nos 15 anos seguintes. Apresenta-se como um plano de ação contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, que devem ser adotadas pelos países considerando suas especificidades e o princípio de parceria global^[1]. Baseia-se no legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e no equilíbrio das três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

No documento supramencionado, reconheceu-se que a “erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”^[2]. Assim, fica evidente a

necessidade de se entender o significado de pobreza para que, então, seja possível refletir sobre meios para sua erradicação, levando em conta as características locais em cada política pública alocada, mas também considerando todo espectro global. Ressalta-se como a pobreza representa o principal empecilho para se estabelecer um desenvolvimento sustentável, na medida em que há uma interação mútua entre renda, direitos humanos e cidadania.

No contexto da Agenda 2030, o primeiro ODS é “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”^[3]. O documento faz uma opção métrica do fenômeno, estabelecendo o limite da pobreza extrema em 1,25 dólares por dia (delimitado a partir da paridade de poder de compra de 2005)^[4].

A Pobreza

Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2015*, elaborado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)^[5] mais de 2,2 bilhões de pessoas viviam em situação de pobreza. Destes, mais de 1,5 bilhão de seres humanos conviviam com a chamada pobreza multidimensional, aquela que designa famílias nas quais sofrem privações em áreas como educação, saúde e padrões de vida básicos. No ano de 2018 a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) realizou um levantamento registrando que no planeta 821 milhões de pessoas passam fome^[6].

Todos esses quadros são explicados pela desigual distribuição dos recursos econômicos gerados ao redor do globo. Segundo dados do Banco Mundial, o PIB *per capita* do planeta em 2018 era de US\$ 11.298,30, com regiões ricas apresentando até seis vezes esse valor como a América do Norte US\$ 60.976,80 e a Zona do Euro US\$ 40.359,80 em contraste com regiões mais pobres como a África subsariana US\$ 1.574,20 e o sul da Ásia com US\$ 1.905,80^[7].

Com base nos dados apresentados, o grupo conclui que políticas que auxiliem na distribuição de renda e melhor gestão dos recursos econômicos gerados pode ser a solução para combater a pobreza extrema que assola diversas pessoas em todo o mundo.

Combate da Pobreza a Nível Nacional

No caráter nacional, a pobreza é um problema longínquo no cotidiano dos brasileiros, segundo o PNUD Brasil, a taxa de extrema pobreza é de 7,4%^[8]. Durante a primeira década dos anos 2000 o Brasil apresentou ótimos resultados no combate à pobreza. Programas sociais de redistribuição de renda, de combate à fome, de universalização do acesso à energia elétrica entre outros, foram responsáveis pelo crescimento das classes C e D, que se caracterizam pela inserção nos padrões de classe média baixa e classe média, levando a um maior consumo dessa parcela da população, melhorando sua qualidade de vida e ainda contribuindo para o crescimento econômico do Brasil.

Acerca disso, foi acertado pelo grupo, que o agente responsável pelo combate da pobreza no nível nacional seria o governo federal, pois apenas com ações da união os programas terão cobertura nacional. Dentre as medidas que podem ser adotadas pelo governo, é essencial pontuar uma melhor qualidade do gasto público, sendo este direcionado à programas sociais que concedem bolsas e auxílios financeiros, para complementar a renda das famílias de forma que elas se tornem superiores a linha da pobreza, para as parcelas mais vulneráveis da população, esses programas seriam financiados por meio de um imposto progressivo, no qual quanto maior for a renda anual do indivíduo maior será sua contribuição, por meio deste, se garante uma tributação mais justa e qualitativa do contribuinte brasileiro.

Combate da Pobreza a Nível Regional

A América Latina apresenta um quadro com diferentes taxas de desenvolvimento econômico e humano dentre os países, por isso a ação em contexto regional se mostra algo mais complexo. Diante da grande gama de situações observadas no continente é importante pautar decisões que sejam aplicadas a regiões com observações distintas, dentre elas, é muito importante citar a elucidativa palestra do Senhor Luiz Enrique García Rodriguez, presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina entre os anos de 1991 a 2017. Nesta palestra foi possível aprender acerca da importância da integração latino-americana para o

desenvolvimento da região, e essa é a ação que o grupo gostaria de efetivar para combater a pobreza no contexto da América Latina.

O agente responsável pelas ações aqui seria o Mercosul, por mais que os membros do bloco se limitem a ser atualmente Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (atualmente a Venezuela se encontra suspensa do bloco pois não respeita a cláusula democrática, necessária para ser integrante do bloco), vale pontuar que caso uma maior integração entre os membros, criando uma certa condição homogênea, pode despertar o interesse de outras nações vizinhas em fazer parte do bloco, sendo assim um pólo que exercerá influência na região. Com um bloco bem estruturado e estável, investimentos em infraestrutura se tornarão inevitáveis, ao ponto de atrair também investimentos de capital externo, o que pode tornar a região mais competitiva, pois, além de possuir um mercado consumidor diverso e populoso, um parque industrial que tem relevância no mundo e contar com grande parte das exportações de cobre do globo ela será responsável por 25% da exportação de alimentos do mundo^[9].

Combate da Pobreza a Nível Mundial

No que tange o planeta todo, a problemática se torna ainda mais complexa pelo grau de dificuldade de implementação de políticas públicas que sejam efetivas nas regiões em que a efetividade se faz mais necessária, isso resulta numa aplicação que seja precedida por uma análise ampla da questão, focando em lugares que apresentem níveis mais alarmantes de miséria extrema, a África Subsariana, o Sudeste Asiático, a América Latina, o Oriente Médio e o Sul da Ásia serão as regiões alvos da nossa análise por questões numéricas.

Dentre os diversos agentes disponíveis para promover a erradicação da pobreza o mais provável seria a ONU com algum colegiado específico que trate do assunto. De fato a ONU possui diversos programas e colegiados que dialogam na questão de erradicar a pobreza, mas nenhum se encaixa de forma tão harmoniosa quanto o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Vale ressaltar que é do próprio PNUD a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que posteriormente foram modificados a ponto de se tornarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O PNUD que tem como objetivo justamente promover o desenvolvimento e a erradicação da

pobreza no mundo se mostra um programa de vital importância no sistema ONU, sendo o cargo de administrador do PNUD o terceiro cargo de maior importância no ranking oficial das Nações Unidas, estando atrás apenas dos cargos de Secretário Geral e Vice Secretário Geral das Nações Unidas.

Nesse contexto, essa instância pode atuar em projetos de cooperação técnica em parceria com instituições nacionais de forma a fomentar o combate à pobreza. Tem, então, a função de levar aos países com maiores índices de pobreza a instigação para o tratamento desse problema como imperativo para qualquer desenvolvimento. Pode apresentar propostas que contribuam justamente no atingimento dessa meta 1.b. da ODS 1: criando marcos políticos sólidos. Sua atuação deve dar mais atenção às áreas da saúde e da educação, além do fomento a programas sociais de renda básica e fornecimento de moradia, focando especialmente naqueles em pobreza extrema. Também tem a função de promover a troca de experiências entre países que implantaram com sucesso políticas de combate à pobreza e aqueles que ainda estão nesse processo, ajudando os governos locais na adaptação dos modelos vitoriosos às condições particulares de cada país.

Nossa contribuição

A princípio, a atuação de estudantes em um tema tão imperativo e urgente como o combate à pobreza, mas ao mesmo tempo distante de nossa realidade - especialmente a extrema, parece algo insignificante ou com poucos efeitos na realidade. No entanto, a partir da discussão em sala, passamos a notar como, no que tange à ajuda nesse tema, toda contribuição é necessária. Dessa forma, nossa atuação pode ocorrer tanto no meio acadêmico como fora dele.

No meio acadêmico, cabem nossos estudos e desenvolvimento de propostas interdisciplinares para mitigar o problema. São necessárias análises empíricas das situações de diversos países, que muitas vezes não possuem nem os dados para proporem políticas públicas relativas à pobreza. Também podemos atuar através de extensões e organizações que fornecem ajuda aos hipossuficientes - já que, embora muitos não estejam dentro da faixa abaixo dos US\$1,25, podem estar próximos e são os mais suscetíveis a atingi-la diante de

qualquer alteração macro ou microeconômica. Exemplos dessas organizações são o Enactus, que preza pelo desenvolvimento de técnicas de empreendedorismo em diversos grupos, como no cárcere ou entre migrantes - focos ou até bolsões de pobreza. Também existem, mais para a área específica do direito, departamentos jurídicos que atendem pessoas até determinada faixa de renda, contribuindo para que elas tenham acesso à justiça e exijam que seus direitos sejam cumpridos.

Partindo então de um pressuposto que a cidadania é um direito humano, a ODS 1 deixa claro como a existência de pessoas pobres, em qualquer aspecto ou parâmetro que seja, representa uma violação aos direitos humanos e um empecilho para qualquer desenvolvimento sustentável. Em nossa compreensão do estado de coisas e pela instigação e desenvolvimento de propostas para o respeito desses direitos, contribuimos com a erradicação da pobreza.

[1] PLATAFORMA AGENDA 2030. *A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

[2] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*— 2015. p. 1. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

[3] *Ibid.*, p. 19.

[4] RAMOS, José María Larrú. *Medición multidimensional de la pobreza: estado de la cuestión y aplicación al ODS-I*. Revista internacional de cooperación y desarrollo 3. 2016. p. 6.

[5] PNUD BRASIL. *Sobre o Brasil*. [S. l.]: PNUD BRASIL, 2016. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/countryinfo/>. Acesso em: 29 out. 2019.

[6] FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (org.). *FAO: fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas: Pelo terceiro ano consecutivo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) registrou um aumento no número de pessoas passando fome no mundo, que subiu de 815 milhões de indivíduos, em 2016, para quase 821 milhões em 2017..* [S. l.], 11 set. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 29 out. 2019.

[7] WORLD BANK DATABASE. *GDP per capita (Current US\$): World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files*. [S. l.]: World Bank, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/ny.gdp.pcap.cd>. Acesso em: 29 out. 2019.

[8] PNUD BRASIL. Sobre o Brasil. [S. l.]: PNUD BRASIL, 2016. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/countryinfo/>. Acesso em: 29 out. 2019.

[9] FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. FAO: América Latina e Caribe vão responder por mais de 25% das exportações agrícolas globais até 2028: Até 2028, a América Latina e o Caribe vão responder por mais de 25% das exportações globais de produtos agrícolas e pesqueiros, segundo um novo relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Publicação ressalta expansão do protagonismo regional em meio à desaceleração na produção e nas trocas em nível mundial.. [S. l.], 8 jul. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-america-latina-e-caribe-vao-responder-por-mais-de-25-das-exportacoes-agricolas-globais-ate-2028/>. Acesso em: 29 out. 2019.